



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



## TERMO DE REFERÊNCIA

**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal - SRRF03**  
**Pregão Eletrônico - SRP**  
 (Processo Administrativo nº 10380.736588/2021-01)

### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços com vistas à contratação de serviços de Banda Larga Fixa para ponto de acesso à Internet, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	Descrição: Serviço de Acesso à Internet Banda Larga na Unidade da RFB	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Mensal Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Agência de Itapipoca/CE <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	270,00	3.240,00
2	Agência de Maranguape/CE <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	306,46	3.677,52
3	Agência de Crateús/CE <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	270,00	3.240,00
4	Agência de Iguatu/CE <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	266,53	3.198,36
5	Agência de Quixadá/CE <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	277,41	3.328,92
6	Agência de Sobral/CE <b>200 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	497,48	5.969,76
7	Delegacia de Juazeiro do Norte/CE <b>200 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	497,48	5.969,76
8	Posto de Camocim/CE <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	273,50	3.282,00
9	Agência de Parnaíba/PI <b>100 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	306,63	3.679,56
10	Agência de Picos/PI <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	240,80	2.889,60
11	Agência de Piripiri/PI <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	240,80	2.889,60
12	Depósito de Mercadorias Apreendidas da Delegacia de Teresina/PI <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	Assinatura Mensal	12	240,80	2.889,60



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



13	Posto de Bom Jesus/PI <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	<b>Assinatura Mensal</b>	12	240,80	2.889,60
14	Posto de Oeiras/PI <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	<b>Assinatura Mensal</b>	12	240,80	2.889,60
15	Posto de São Raimundo Nonato/PI <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	<b>Assinatura Mensal</b>	12	240,80	2.889,60
16	Agência de Balsas/MA <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	<b>Assinatura Mensal</b>	12	240,80	2.889,60
17	Agência de Caxias/MA <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	<b>Assinatura Mensal</b>	12	240,80	2.889,60
18	Agência de Pinheiro/MA <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	<b>Assinatura Mensal</b>	12	240,80	2.889,60
19	Agência de Santa Inês/MA <b>50 Mbps</b> CATSERV: 26506	<b>Assinatura Mensal</b>	12	240,80	2.889,60

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Banda Larga Fixa para ponto de acesso à Internet.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.5. **O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.**

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC:

- 2.1. A descrição da solução como um todo abrange prestação de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM (banda larga) a serem providos através de meio físico terrestre, utilizando cabo com condutor metálico ou fibra ótica, com o objetivo de garantir o atendimento das necessidades de comunicação de voz e dados para a SRRF03 e suas unidades jurisdicionadas no Ceará, Piauí e Maranhão.
- 2.2. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 2.3. Bens e serviços que compõem a solução
- 2.3.1. Serviços continuados de banda larga fixa para acesso à Internet (não se trata de link dedicado), via cabo ou fibra ótica (preferencialmente), com os requisitos mínimos de velocidade estabelecidos, modem (certificado pela Anatel), serviço de atendimento, sem limitação de tráfego de dados, com conexão 24 (vinte e quatro) horas por dia 7 (sete) dias por semana (24x7), sem qualquer tipo de filtro, bloqueio, limitação ou



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



*traffic shaping*, isento de quaisquer taxas de instalação/manutenção e serviço de assistência gratuito para as Unidades da RFB a seguir relacionadas:

ITEM	UNIDADES	VELOCIDADE DE DOWNLOAD MÍNIMA
1	Agência de Itapipoca/CE.	<b>50 Mbps</b>
2	Agência de Maranguape/CE	<b>50 Mbps</b>
3	Agência de Crateús/CE	<b>50 Mbps</b>
4	Agência de Iguatu/CE	<b>50 Mbps</b>
5	Agência de Quixadá/CE	<b>50 Mbps</b>
6	Agência de Sobral/CE	<b>200 Mbps</b>
7	Delegacia de Juazeiro do Norte/CE	<b>200 Mbps</b>
8	Posto de Camocim/CE	<b>50 Mbps</b>
9	Agência de Parnaíba/PI	<b>100 Mbps</b>
10	Agência de Picos/PI	<b>50 Mbps</b>
11	Agência de Piripiri/PI	<b>50 Mbps</b>
12	Depósito de Mercadorias Apreendidas da Delegacia de Teresina/PI	<b>50 Mbps</b>
13	Posto de Bom Jesus/PI	<b>50 Mbps</b>
14	Posto de Oeiras/PI	<b>50 Mbps</b>
15	Posto de São Raimundo Nonato/PI	<b>50 Mbps</b>
16	Agência de Balsas/MA	<b>50 Mbps</b>
17	Agência de Caxias/MA	<b>50 Mbps</b>
18	Agência de Pinheiro/MA	<b>50 Mbps</b>
19	Agência de Santa Inês/MA	<b>50 Mbps</b>

### 3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

- 3.1.** A presente contratação visa à contratação dos serviços de banda larga fixa para acesso à Internet para as Unidades da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal (CE, PI, MA).
- 3.2.** Devido a adoção pela Receita Federal do Brasil (RFB) de soluções Microsoft 365, aumento da disponibilização dos serviços prestados ao público interno e externo e uso intensivo de serviços na nuvem e Internet, houve, consequentemente, a necessidade de aumento da capacidade de comunicação de dados por parte das Unidades da RFB. Os contratos existentes dos links de comunicação estão findando e há a necessidade de recontração desses links levando em conta o aumento da necessidade de comunicação de dados. Em vez de optar pela recontração de links dedicados MPLS, de maior velocidade, mas mais onerosos, a RFB decidiu manter a velocidade instalada desses links e contratar, para atender à demanda extra e crescente, de solução de comunicação que pudesse funcionar mantendo a infraestrutura de redes atual, sem comprometer os requisitos de segurança, mas de forma



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



que se pudesse ofertar uma maior capacidade de tráfego de dados sem aumento expressivo dos custos. Optou-se por conexão de rede SD-WAN (rede definida por software em uma rede de longa distância) utilizando como meio de comunicação os serviços de banda larga fixa, disponível comercialmente a baixo custo.

- 3.3. Os serviços de banda larga fixa objeto deste processo são essenciais para a Administração, pois sem esses serviços não será possível a execução dos sistemas e atividades realizadas nas Unidades da Receita Federal do Brasil.
- 3.4. Os serviços que podem ser contratados de terceiros pela Administração são aqueles que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão ou entidade, conforme dispõe o Decreto nº 9.507/2018.
- 3.5. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços para esta licitação, pois a contratação será realizada para três Unidades (UASGs) distintas da Receita Federal do Brasil, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal, UASG: 170040, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina, UASG: 170035, e a Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís, UASG: 170028, enquadrando-se na hipótese do inciso III, do art. 3º, do Decreto 7.892/2013.
- 3.6. No dia 14/07/2021 houve uma primeira tentativa de contratação dos serviços, com a realização do Pregão Eletrônico nº 06/2021, processo nº 10380.732376/2021-46, porém somente oito, dos vinte e sete itens do pregão, tiveram sucesso. Por este motivo, optou-se por rever as especificações dos itens fracassados e as exigências solicitadas no Edital e realizar um novo Pregão Eletrônico com as alterações necessárias.
- 3.7. Estimativa da demanda

3.7.1. Contempla a comunicação de banda larga via cabo ou fibra ótica necessária para o pleno funcionamento das Unidades da Receita Federal do Brasil localizadas no Ceará, Piauí e Maranhão.

### 3.8. Parcelamento da Solução de TIC

3.8.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, tendo em vista ser possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual.

3.8.2. Não será assegurada cota para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme artigo 8 do Decreto 8.538/2015, pois, conforme inciso II do artigo 10, a natureza do bem é incompatível com a aplicação dos benefícios. Os itens não serão exclusivos para micro e pequenas empresas, mesmo os valores estando abaixo de R\$ 80.000,00, pois houve uma primeira tentativa de contratação, com a realização do Pregão Eletrônico nº 06/2021, e somente uma empresa participou dos itens e ofertou valores muito acima dos valores de referência. Sendo assim, justifica-se a não exclusividade de participação de ME/EPP, tendo em vista o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não ser vantajoso para a administração pública, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

### 3.9. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

- 3.9.1. Melhorar continuamente a prestação de serviços de TI;
- 3.9.2. Prover a instituição de infraestrutura de Tecnologia de Informação, adequada ao desenho institucional da RFB;
- 3.9.3. Atender aos requisitos de disponibilidade de informação dos serviços e soluções de TI disponibilizadas pela RFB ao seu público interno e à sociedade.
- 3.9.4. Manter a gestão institucional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), visando à melhoria no atendimento às necessidades e ao pleno funcionamento dos sistemas e serviços.
- 3.9.5. Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios.

#### **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, através do Sistema de Registro de Preços.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.4. O regime da execução dos contratos é de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
- 4.5. O tipo e critério de julgamento da licitação é o MENOR PREÇO POR ITEM para a seleção da proposta mais vantajosa.
- 4.6. O Modo de Disputa será ABERTO E FECHADO conforme justificado no estudo técnico preliminar.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Contratação de serviços continuados de acesso banda larga à Internet (não se trata de link dedicado), via cabo ou fibra ótica (preferencialmente), com os requisitos mínimos de velocidade estabelecidos, modem (certificado pela Anatel), serviço de atendimento, sem limitação de tráfego de dados, com conexão 24 (vinte e quatro) horas por dia 7 (sete) dias por semana (24x7), sem qualquer tipo de filtro, bloqueio, limitação ou *traffic shaping*, isento de quaisquer taxas de instalação/manutenção e serviço de assistência gratuito.

##### **5.2. Requisitos de Negócio**

- 5.2.1. A Receita Federal do Brasil faz uso intensivo de recursos de Tecnologia e Segurança da Informação. Portanto, precisa manter a disponibilidade do seu ambiente informatizado para exercer suas atribuições institucionais.
- 5.2.2. Necessidade de acesso à Internet por via de tecnologia de fibra ótica (preferencialmente), com o intuito de assegurar estabilidade, confiabilidade,



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



disponibilidade em tempo integral (24x7), baixa latência, nível de velocidade de acesso constante.

5.2.3. Necessidade de fornecimento contínuo e ininterrupto de alta qualidade para assegurar pronto acesso em qualquer momento a qualquer sistema necessário para a consecução de todas os serviços atinentes a todas as unidades regionais.

5.2.4. Este serviço é de natureza continuada, tendo em vista tratar-se de serviço auxiliar necessário para o desempenho de suas atribuições. Eventual interrupção do serviço poderá comprometer a continuidade das atividades, motivo pelo qual a contratação poderá estender-se por mais de um exercício financeiro.

### **5.3. Requisitos de Capacitação**

5.3.1. Estes requisitos não são aplicáveis ao objeto deste termo de referência.

### **5.4. Requisitos Legais**

5.4.1. Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, da Secretaria de Estudos Preliminares DAD-MG 7879994 SEI 21028.004084/2019-31 / pg. 4 Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/ME), que dispõe sobre o processo de contratações de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP).

5.4.2. Aplicação do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, que “Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União”.

5.4.3. Normas Complementares do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) números 2, 3, 4, 6, 7 e 9.

5.4.4. Lei 8.666/93 e Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão (SEGES/ME).

### **5.5. Requisitos de Manutenção**

5.5.1. Prover suporte técnico contínuo ao serviço de acesso à internet de banda larga, velocidade mínima estipulada, para o atendimento das necessidades das unidades regionais vinculadas à SRRF03, garantindo seu funcionamento de forma adequada à demanda.

5.5.2. Prover rapidez e tempestividade na execução da assistência técnica presencial nas diversas localidades.

5.5.3. Prover substituição dos equipamentos com defeito e demais acessórios utilizados para prover acesso ao serviço instalado em cada localidade, por outro com características semelhantes, com agilidade e proatividade de forma a sempre preservar a continuidade dos serviços.





MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

5.5.4. Prover manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa, já previstos no custo mensal, sem que isso incorra em despesas extras.

5.5.5. Os atendimentos deverão ser prestados pela Contratada por técnico devidamente capacitado e qualificado para executar as atividades.

5.5.6. Os serviços deverão ser executados sem impacto na utilização do ambiente da Contratante.

## 5.6. Requisitos Temporais

A data de início da prestação do serviço está prevista para acontecer conforme tabelas abaixo:

ITEM	UNIDADES DO CEARÁ UASG 170040	ENDEREÇO	VEL.	DATA DE INÍCIO	TEMPO A CONTRATAR (MESES)
01	Agência Itapipoca	Rua Eubia Barroso, nº 2800, Centro, CEP 62508-160 – Fone: (88) 3631-1405	50 Mbps	01/09/2021	12
02	Agência Maranguape	Rua Coronel Antônio Botelho, nº 31, Centro, CEP 61940-005 – Fone: (85) 3341-0374	50 Mbps	01/09/2021	12
03	Agência Crateús	Rua Santos Dumont, nº 235, Centro, CEP 63700-034 – Fone: (88) 3691-1729	50 Mbps	01/09/2021	12
04	Agência Iguatu	Rua Treze de Maio, nº 687, Centro, CEP 63500-163 – Fone: (88) 3581-2922	50 Mbps	01/09/2021	12
05	Agência Quixadá	Rua Rui Barbosa, nº 559, Centro, CEP 63900-207 – Fone: (88) 3412- 0122	50 Mbps	01/09/2021	12
06	Agência Sobral	Rua Eurípedes Ferreira Gomes, nº 720, Bairro Pedrinhas, CEP 62040- 750 – Fone: (88) 3677-1400	200 Mbps	01/09/2021	12
07	Delegacia Juazeiro do Norte	Rua José Andrade de Lavor, nº 2001, Bairro Santa Tereza, CEP 63050-430 – Fone: (88) 3102-6900	200 Mbps	01/09/2021	12
08	Posto Camocim	Rua Santos Dumont, nº 1588, Centro, CEP 62400-000 – Fone: (88) 3621-0082	50 Mbps	01/09/2021	12

ITEM	UNIDADES DO PIAUÍ UASG 170035	ENDEREÇO	VEL.	DATA DE INÍCIO	TEMPO A CONTRATAR (MESES)
9	Agência Parnaíba	Praça da Graça, 807, Centro, CEP 64200-970 – Fone: (86) 3321-2710	100 Mbps	01/01/2022	12
10	Agência Picos	Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 754, Bairro Canto da Várzea, CEP 64600-000 – Fone: (89) 3422-3218	50 Mbps	01/01/2022	12
11	Agência Piripiri	Avenida 4 de Julho, nº 310, Centro, CEP 64260-000 – Fone: (86) 3276-1882	50 Mbps	01/01/2022	12
12	Depósito Mercadoria	Rua João Cabral, 1607, Centro,	50 Mbps	01/08/2021	12



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



	Apreendida da Delegacia Teresina	CEP 64018-030 – Fone: (86) 3221-7210			
13	Posto Bom Jesus	Rua Tabelião Raimundo José Rocha, s/n, Centro, CEP 64900-000 – Fone: (89) 3562-1213	50 Mbps	01/01/2022	12
14	Posto Oeiras	Rua Professor Rafael Farias, s/n, Centro, CEP 64500-000	50 Mbps	01/01/2022	12
15	Posto São Raimundo Nonato	Rua Edmundo Belo da Silva, Espaço da Cidadania, Centro, CEP 64770-000	50 Mbps	01/01/2022	12

ITEM	UNIDADES DO MARANHÃO UASG 170028	ENDEREÇO	VEL.	DATA DE INÍCIO	TEMPO A CONTRATAR (MESES)
16	Agência Balsas	Travessa Luiz Silva, nº 300, Centro, CEP 65800-00 – Fone: (99) 3541-4576	50 Mbps	01/01/2022	12
17	Agência Caxias	Rua Aarão Reis, nº 809, Centro, CEP 65606-020 – Fone: (99) 3521-3892	50 Mbps	20/08/2021	12
18	Agência Pinheiro	Rua José Anastácio, nº 460, Centro, CEP 65200-000 – Fone: (98) 3381-2248	50 Mbps	26/08/2021	12
19	Agência Santa Inês	Avenida Muniz, nº 474, Centro, CEP 65300-410 – Fone: (98) 3653-1181	50 Mbps	20/08/2021	12

## 5.7. Requisitos de Segurança

- 5.7.1. Identificar todos os profissionais envolvidos na execução do contrato, provenientes das empresas a serem contratadas, mantendo um cadastro completo atualizado, que indicará ainda data de início de atuação na prestação de serviços bem como o término.
- 5.7.2. Responsabilizar-se sobre os possíveis danos físicos e ou materiais causados às Unidades e ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou inobservância às normas e políticas de segurança.

## 5.8. Requisitos de Segurança da Informação

- 5.8.1. A Contratada deve tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação e Comunicações da Contratante de modo a atuar em concordância com as práticas da Instituição.
- 5.8.2. Não será permitida a retirada de qualquer informação ou documento relativo à base de dados de conhecimento existente na RFB, sob pena de ser considerada quebra de sigilo, com as consequências cíveis e penais.
- 5.8.3. A CONTRATADA responderá por qualquer demanda em relação aos direitos patrimoniais dos seus empregados, não havendo nenhuma responsabilidade da contratante e, no caso eventual de imputação de responsabilidade à RFB, na via judicial, a CONTRATADA arcará com o pagamento dos valores.





MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



5.8.4. Nos casos de substituição de equipamentos que possuem dispositivos ou mecanismos de armazenamento interno dos dados, as empresas a serem contratadas deverão realizar a completa exclusão dos dados previamente à retirada do equipamento, com a posterior comprovação por servidor das unidades regionais vinculadas à RFB.

#### **5.9. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais (critérios e práticas de sustentabilidade)**

5.9.1. É recomendado que a empresa contratada siga e pratique as diretrizes sobre Responsabilidade Sociais apresentadas na ABNT-ISO 26000. A CONTRATADA deve adotar posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar de seus públicos interno e externo, de forma a atestar sua boa prática empresarial.

#### **5.10. Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

5.10.1. Os serviços contratados serão instalados nas unidades da RFB da 3ª Região Fiscal, localizadas no Ceará, Piauí e Maranhão, relacionadas neste Termo de Referência.

5.10.2. Cada acesso deverá ser prestado nas velocidades mínimas especificadas com garantias de 80% (download) da velocidade contratada;

5.10.3. Cada acesso deverá prover LAN com pelo menos 1 (uma) porta de acesso livre Ethernet 10/100 Mbps UTP RJ-45 em cada localidade;

5.10.4. Os serviços e equipamento fornecidos deverão oferecer pelo menos as seguintes funcionalidades:

**5.10.4.1.** Compatibilidade com o-VPN IP SEC (VPN sobre a Internet);

**5.10.4.2.** Servidor de DHCP, com possibilidade de restrição por endereço MAC.

5.10.5. Cada acesso poderá ser prestado nas tecnologias Fibra (preferencialmente), Par Metálico ou Cabo Coaxial e, em qualquer caso, deverá incluir todos os dispositivos em regime de comodato (modem, roteador, cabos etc.) necessários para o funcionamento do serviço;

5.10.6. A contratada deverá fornecer documentação técnica dos equipamentos fornecidos na forma impressa ou como link de Internet a material na forma digital;

5.10.7. Os equipamentos a serem instalados serão de inteira responsabilidade da contratada, **da empresa prestadora dos serviços**, bem como a garantia, substituição e reparos quando necessários, sem ônus financeiro para a contratante;

5.10.8. A contratada deverá prestar suporte técnico em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta.

5.10.9. Na hipótese de ocorrência de interrupções, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 (quatro) horas.

5.10.10. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



#### **5.11. Requisitos de Implementação**

5.11.1. Os trabalhos atinentes à execução do contrato a ser celebrado para a consecução do objeto deverão ser executados por profissionais treinados e capacitados da empresa a ser contratada, segundos perfis e qualificações necessários.

#### **5.12. Requisitos de Implantação**

5.12.1. Os serviços contratados deverão ter sua instalação agendada pela Contratada diretamente com a Unidade da Contratante. As atividades necessárias a instalação, configuração e manutenção dos equipamentos deverão observar e respeitar o horário de funcionamento das Unidades da RFB e não deverão impactar nem interromper os trabalhos realizados nas Unidades.

5.12.2. A CONTRATADA deve realizar a instalação e configuração dos serviços de banda larga via cabo, nas dependências das Unidades da CONTRATANTE, com o acompanhamento de equipe da RFB. O serviço de instalação constitui-se na execução de todas as atividades necessárias, obedecendo as características técnicas especificadas e configurações fornecidas pelo RFB.

5.12.3. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários à instalação física, à configuração e ao perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo os cabos elétricos e lógicos.

5.12.4. A empresa a ser contratada deverá fornecer também, quando necessário, sem que isso implique custo adicional, transformadores e ou estabilizadores de energia, conforme recomendação do fabricante dos equipamentos.

5.12.5. O termo de recebimento definitivo, parte do contrato a ser elaborado, será emitido por localidade após a efetiva instalação, configuração e testes de todos os componentes requisitados.

#### **5.13. Requisitos de Garantia**

Os serviços de sustentação deverão obedecer aos Níveis Mínimos de Serviço descritos no item 8.3 deste Termo de Referência.

#### **5.14. Informações importantes para o dimensionamento da proposta**

5.14.1. Fica ao critério dos interessados a realização prévia de visita técnica em cada Unidade para verificação das necessidades.

5.14.2. Devem ser considerados todos os requisitos definidos neste Termo de Referência.

### **6. RESPONSABILIDADES**

#### **6.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

6.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

- 6.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 6.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório;
- 6.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA para serviços regularmente prestados, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 6.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 6.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 6.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.1.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.1.10. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 6.1.11. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, e no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato.
- 6.1.12. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa.
- 6.1.13. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 6.1.14. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 6.1.14.1.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 6.1.14.2.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 6.1.14.3.** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



- 6.1.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 6.1.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 6.1.17. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 6.1.18. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 6.1.19. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.1.20. Providenciar as assinaturas pela CONTRATADA no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança e no Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo;

## **6.2. Deveres e responsabilidades do ÓRGÃO GERENCIADOR**

- 6.2.1. O órgão gerenciador será a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal (SRRF03).
- 6.2.2. São obrigações do órgão gerenciador da ata de registro de preços:
  - 6.2.2.1. Realizar o pregão, efetuar o registro do licitante vencedor, efetivar a homologação da licitação e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
  - 6.2.2.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
  - 6.2.2.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos não participantes, contendo:
    - 6.2.2.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
    - 6.2.2.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
  - 6.2.2.4. Cumprir outras obrigações que se apliquem ao objeto da contratação.

## **6.3. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

- 6.3.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 24 horas úteis após a assinatura do contrato, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo, bem como seu superior imediato, com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



- 6.3.2. Na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil.
- 6.3.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 6.3.4. Cumprir todas as regulamentações vigentes da ANATEL sobre cada serviço contratado;
- 6.3.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 6.3.6. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 6.3.7. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 6.3.8. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 6.3.9. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 6.3.10. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.3.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.3.12. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.3.13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 6.3.14. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 6.3.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 6.3.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 6.3.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 6.3.18. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.3.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 6.3.20. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 6.3.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 6.3.22. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 6.3.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.3.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.3.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na





MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

- 6.3.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.3.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 6.3.29. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 6.3.30. A CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso, constante no Anexo A deste Termo de Referência, com declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade em razão do trabalho vinculado ao contrato assinado. Pela mesma razão a CONTRATADA deverá providenciar o Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo e respeito às normas vigentes no órgão ou entidade (Anexo B), a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação.
- 6.3.31. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;
- 6.3.32. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, disponível em horário comercial, aceitando-se a disponibilização de central de atendimento no estilo call center para atendimento específico ao Governo e grandes clientes corporativos;
- 6.3.33. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato nos seguintes prazos: em até 24 horas corridas, para as capitais estaduais e em até 72 horas para as demais cidades, a contar de sua solicitação;
- 6.3.34. Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas aos contratos a serem firmados, tais como manutenção, configuração, entre outras;



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



- 6.3.35. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.
- 6.3.36. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;
- 6.3.37. Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará para a CONTRATANTE as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 6.3.38. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;
- 6.3.39. Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### 7.1. Rotinas de Execução

7.1.1.A Contratada deverá indicar um preposto que irá atuar como ponto focal de contato entre a Contratante e a Contratada.

7.1.2.A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) responsável(eis), designados gestor(es) do Contrato, e obedecerá aos critérios de avaliação da qualidade dos serviços, conforme definido nos Níveis Mínimos de Serviço e na proposta comercial da Contratada.

7.1.3.A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

#### 7.1.3.1. Local de prestação dos serviços:

ITEM	UNIDADES DO CEARÁ UASG 170040	ENDEREÇO
01	Agência Itapipoca	Rua Eubia Barroso, nº 2800, Centro, CEP 62508-160 – Fone: (88) 3631-1405
02	Agência Maranguape	Rua Coronel Antônio Botelho, nº 31, Centro, CEP 61940-005 – Fone: (85) 3341-0374
03	Agência Crateús	Rua Santos Dumont, nº 235, Centro, CEP 63700-034 – Fone: (88) 3691-1729
04	Agência Iguatu	Rua Treze de Maio, nº 687, Centro, CEP 63500-163 – Fone: (88) 3581-2922
05	Agência Quixadá	Rua Rui Barbosa, nº 559, Centro, CEP 63900-207 – Fone: (88) 3412-0122
06	Agência Sobral	Rua Eurípedes Ferreira Gomes, nº 720, Bairro Pedrinhas, CEP 62040-750 – Fone: (88) 3677-1400
07	Delegacia	Rua José Andrade de Lavor, nº 2001, Bairro Santa Tereza,



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



	Juazeiro do Norte	CEP 63050-430 – Fone: (88) 3102-6900
08	Posto Camocim	Rua Santos Dumont, nº 1588, Centro, CEP 62400-000 – Fone: (88) 3621-0082

ITEM	UNIDADES DO PIAUI UASG 170035	ENDEREÇO
9	Agência Parnaíba	Praça da Graça, 807, Centro, CEP 64200-970 – Fone: (86) 3321-2710
10	Agência Picos	Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 754, Bairro Canto da Várzea, CEP 64600-000 – Fone: (89) 3422-3218
11	Agência Piripiri	Avenida 4 de Julho, nº 310, Centro, CEP 64260-000 – Fone: (86) 3276-1882
12	Depósito Mercadoria Apreendida da Delegacia Teresina	Rua João Cabral, 1607, Centro, CEP 64018-030 – Fone: (86) 3221-7210
13	Posto Bom Jesus	Rua Tabelião Raimundo José Rocha, s/n, Centro, CEP 64900-000 – Fone: (89) 3562-1213
14	Posto Oeiras	Rua Professor Rafael Farias, s/n, Centro, CEP 64500-000
15	Posto São Raimundo Nonato	Rua Edmundo Belo da Silva, Espaço da Cidadania, Centro, CEP 64770-000

ITEM	UNIDADES DO MARANHÃO UASG 170028	ENDEREÇO
16	Agência Balsas	Travessa Luiz Silva, nº 300, Centro, CEP 65800-00 – Fone: (99) 3541-4576
17	Agência Caxias	Rua Aarão Reis, nº 809, Centro, CEP 65606-020 – Fone: (99) 3521-3892
18	Agência Pinheiro	Rua José Anastácio, nº 460, Centro, CEP 65200-000 – Fone: (98) 3381-2248
19	Agência Santa Inês	Avenida Muniz, nº 474, Centro, CEP 65300-410 – Fone: (98) 3653-1181

7.1.4. Horário de prestação dos serviços de atualização, manutenção e assistência técnica on-site: O horário para execução dos serviços é de 08:00 às 17:00 hs, de segunda a sexta-feira (dias úteis).

7.1.5. Os serviços de atendimento remoto e suporte, incluindo contact center, devem estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive finais de semana e feriados.

7.1.6. O preposto deverá estar disponível para contato de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8h00 às 18h00 (horário de Brasília), para atender as



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



solicitações para realização de procedimentos e solução de problemas tais como: habilitação, desabilitação de serviços, correção de imperfeições no faturamento das despesas, e outros.

7.1.7.A execução dos serviços será iniciada efetivamente em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato ou em data posterior a ser acordada entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

7.1.8.A comunicação entre as partes poderá ser feita por correio eletrônico, registro em sistema de Central de Chamados da contratada, *contact center* da contratada ou Ofício.

## 7.2. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

7.2.1.A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7.2.2.O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS A e B.

## 7.3. Vistoria para Licitação

7.3.1.A vistoria não é pré-requisito para fase de habilitação, no entanto é facultado para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, que a Licitante realize vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor da RFB designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 10 às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, pelo telefone: (85) 3878-3460 ou pelo e-mail: [licitacao.srrf03@rfb.gov.br](mailto:licitacao.srrf03@rfb.gov.br), informando-se os dados pessoais para identificação do técnico que realizará a vistoria em nome do Licitante.

7.3.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3.3.Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3.4.A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

7.3.5.A licitante que optar pela vistoria deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

### **8.1. Critérios de Aceitação**

- 8.1.1.A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 8.1.2.No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 8.1.3.O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 8.1.4.A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo projeto, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços com as demandas institucionais.
- 8.1.5.A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços/bens até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.1.6.O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.1.7.No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 8.1.8.Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.1.9.Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.1.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 8.1.11. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços/bens, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços/bens, obedecendo as seguintes diretrizes:
  - 8.1.11.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**8.1.11.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**8.1.11.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

**8.1.12.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

**8.1.13.** Os serviços/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **8.2. Procedimentos de Teste e Inspeção**

**8.2.1.** A inspeção será realizada pelo responsável técnico da RFB, para avaliar se a solução contratada está em conformidade com a especificação técnica.

## **8.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**

**8.3.1.** Atendimento 24x7.

**8.3.2.** Na hipótese de ocorrência de interrupções, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 (quatro) horas.

**8.3.3.** As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**9.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a ativação do serviço, promovendo sua substituição quando necessário.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**10.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**11.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.





MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

- 11.2.** A manutenção do contrato com empresas em processo de fusão, cisão ou incorporação será permitida desde que aprovada pelo órgão gestor da ata de registro de preços e que as empresas envolvidas apresentem e mantenham documentação habilitatória regular e plena condição de atendimento às necessidades técnicas e de documentação exigidas neste Termo de Referência.

## **12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 12.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.2.** O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

- 12.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

- 12.4.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.5.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

- 12.6.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.7.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.8.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

- 12.9.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo IV, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**12.10.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**12.11.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**12.12.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**12.13.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**12.14.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**12.15.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**12.16.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada junto ao documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**12.17.** A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

12.17.1. A notificação da CONTRATADA por meio de abertura de chamados técnicos, quando a CONTRATANTE assim julgar necessário, devidamente registrados com fornecimento de número de protocolo, para a verificação de possíveis indisponibilidades de serviço; e

12.17.2. A notificação da CONTRATADA por meio de abertura de chamados técnicos, quando a CONTRATANTE assim julgar necessário, devidamente registrados com fornecimento de número de protocolo, para a análise de faturas, possíveis contestações e/ou demais dúvidas não técnicas.

**12.18.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

**12.19.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 13. DO PAGAMENTO

**13.1.** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.1.2. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser entregues à Contratante com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de vencimento.

**13.2.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

**13.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**13.4.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.4.1. o prazo de validade;

13.4.2. a data da emissão;

13.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

13.4.4. o período de prestação dos serviços;

13.4.5. o valor a pagar; e

13.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**13.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

**13.6.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.6.1. não produziu os resultados acordados;



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



13.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

13.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**13.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**13.8.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**13.9.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**13.10.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**13.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**13.12.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**13.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**13.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

**13.15.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

**13.16.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

Receita Federal

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### 14. REAJUSTE

17.1. Os preços propostos serão reajustados na forma e data-base estabelecidos pela ANATEL, mediante a incidência do índice IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro índice que o substitua, observando-se sempre intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datas-bases dos reajustes concedidos, a contar da data da apresentação da proposta, em conformidade com o §1º do Art. 3º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001. Iniciando-se a primeira periodicidade na data de apresentação da proposta da LICITANTE.

17.2. De maneira análoga, caso o órgão regulador (ANATEL) venha a determinar redução de tarifas, essas serão estendidas à CONTRATANTE, a partir da mesma data-base.

17.3. Os reajustes de tarifas devem ser comunicados à CONTRATANTE previamente, por meio de documento oficial expedido pela CONTRATADA.

#### 18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

18.1.1. Não há ingerência da SRRF03 sobre o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

18.1.2. Não há histórico de descumprimento de obrigações contratuais para o objeto deste Termo de Referência; e

18.1.3. A garantia contratual representa acréscimo de valor ao contratado.

#### 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 19.2.2. **Multa de:**
- 19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.





MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

- 19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do	03



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



	CONTRATANTE, por empregado e por dia;	
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

- 19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa, deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 21.4.1. Valores unitários: não superiores aos valores mensais máximos aceitáveis, previstos no item 1.1 deste Termo de referência.**
- 21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 22.1. Os custos estimados da contratação são os previstos no valor total, no item 1.1 deste Termo de referência.



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

## 23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

23.1. Não se aplica por se tratar de Sistema de Registro de Preços.

## 24. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria SRRF03 nº 68 de 31 de maio de 2021.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Documento assinado digitalmente

**JORGE LIMA PIRES**

Matrícula SIAPE: 1165561

Integrante Requisitante e Chefe Substituto da DITEC/SRRF03

Documento assinado digitalmente

**CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO**

Matrícula SIAPE: 2118634

Integrante Administrativo

Documento assinado digitalmente

**MARITON MIROSLAV DE QUEIROZ MAIA**

Matrícula SIAPE: 1542776

Integrante Técnico

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

Receita Federal

## **ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO**

O <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJn.º <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **Cláusula Primeira – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos nº 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

### **Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### **Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

#### Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

1. – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;





MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

2. – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

3. – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

#### Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

1. – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

2. – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeri das pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

Receita Federal

3. – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
4. – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
5. – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
6. – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
7. – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;
8. – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

**Cláusula Nona – DO FORO**

O CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DO CONTRATANTE>, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

De acordo.

**CONTRATANTE**\_\_\_\_\_  
<Nome>

Matrícula: &lt;Matr.&gt;

Testemunhas

Testemunha 1

\_\_\_\_\_  
<Nome>

&lt;Qualificação&gt;

**CONTRATADA**\_\_\_\_\_  
<Nome>

&lt;Qualificação&gt;

Testemunha 2

\_\_\_\_\_  
<Nome>

&lt;Qualificação&gt;



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

## ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

Contrato N°:
Objeto:
Contratante:
Gestor do Contrato: Matrícula:
Contratada: CNPJ:
Preposto da Contratada: CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no Contratante.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

### Ciência

CONTRATADA	
FUNCIONÁRIOS	
_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>
_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>
_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>
_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



### ANEXO C DO TERMO DE REFERÊNCIA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA POR UASG

ITEM	DESCRIÇÃO	UASG
01	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Itapipoca/CE.	<b>170040 – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL - SRRF03</b>
02	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Maranguape/CE.	
03	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Crateús/CE.	
04	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Iguatu/CE.	
05	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Quixadá/CE.	
06	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Sobral/CE.	
07	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Delegacia da RFB em Juazeiro do Norte/CE.	
08	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Posto da RFB em Camocim/CE.	
09	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Parnaíba/PI.	<b>170035 – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA – DRF/TSA</b>
10	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Picos/PI.	
11	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Piripiri/PI.	
12	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Depósito Mercadoria Apreendida da Delegacia Teresina/PI.	
13	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Posto da RFB em Bom Jesus/PI.	
14	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Posto da RFB em Oeiras/PI.	
15	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Posto da RFB em São Raimundo Nonato/PI.	
16	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Balsas/MA.	<b>170028 – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS – DRF/SLS</b>
17	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Caxias/MA.	
18	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Pinheiro/MA.	
19	Serviço de acesso à internet Banda Larga. Agência da RFB em Santa Inês/MA.	



**Ministério da Fazenda**

**PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

**Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado por CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO em 23/07/2021 16:11:00.

Documento autenticado digitalmente por CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO em 23/07/2021.

Documento assinado digitalmente por: MARITON MIROSLAV DE QUEIROZ MAIA em 26/07/2021, JORGE LIMA PIRES em 23/07/2021 e CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO em 23/07/2021.

Esta cópia / impressão foi realizada por CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO em 16/08/2021.

**Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP16.0821.14099.9IOW**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**4634236B3B78DC4AE106819186E93FF5A767DD2CA2E25E6FB4C0505E135AC8D1**